

Resolução:

## RESOLUÇÃO N.º 69/83

DATA: 11 de outubro de 1983

SÚMULA: Acresce ao Art. 23 do Regimento Interno um inciso com seus respectivos parágrafos que especifica. (Estágio de universitários nos serviços legislativos e administrativos).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 23 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso e parágrafos:

Art. 23 .....

I — .....

II — .....

III — .....

IV — Cabe à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos de todo o Estado.

§ 1.º — A inscrição será feita atendendo a regulamentação baixada pela Mesa;

§ 2.º — O número de estagiários e da duração do estágio reger-se-ão por Regulamento baixado pela Mesa;

§ 3.º — Os estagiários estarão sujeitos ao regimento disciplinar dos funcionários da Secretaria da Assembléia e obedecerão as normas fixadas pela Mesa quanto aos locais e horários de trabalho;

§ 4.º — As despesas decorrentes do disposto neste inciso constarão do Orçamento;

§ 5.º — Ao término do estágio, cada estagiário apresentará um relatório escrito e receberá um certificado nos termos do Regulamento baixado pela Mesa".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

## ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretaria-  
da pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e José Antônio  
Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes  
senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner  
Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfri-  
nato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Air-  
ton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Ani-  
belli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso,  
Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Ed-  
gard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Sil-  
vério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori  
Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Her-  
mas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert,  
Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves,  
Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson  
Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel,  
Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pé-

ricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens  
Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu  
Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wil-  
son Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presi-  
dente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de  
Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão  
anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-  
buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja  
consignado em ata da Assembléia, voto de profundo pesar pelo  
falecimento do senhor JOAQUIM PEREIRA DA SILVA, ocor-  
rido no último dia 06 do corrente.

REQUER, ainda, seja dada ciência dessa decisão aos pa-  
rentes e familiares do senhor Joaquim, residentes na Rua Costa  
Rica, 781, no Bairro Bacacheri, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ou-  
vido o Plenário, envio de voto de congratulações à UPES - União  
Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º graus, pela realização do  
seu XXXIV Congresso, nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 1983  
na cidade de Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

## JUSTIFICATIVA:

Fundada que foi em 17 de junho de 1945, a UPES - União  
Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º graus tem, ao longo deste  
36 anos de existência, norteado sua atuação em favor da classe  
estudantil que representa, além de uma intensa combatividade  
ao lado dos democratas autênticos contra os anti-patriotas que  
vêm agindo em detrimento do povo brasileiro.

Tendo resistido bravamente nos anos mais negros da dita-  
dura, a UPES teve a honra de sediar em nosso Estado o Con-  
gresso de reconstrução da UBES — União Brasileira dos Estu-  
dantes Secundários, realizado em 10 de outubro de 1981.  
Estando sempre presente nos acontecimentos estudantis realiza-  
dos antes e, principalmente depois da abertura conquistada pelas  
forças democráticas onde, como já foi dito, a IPES sempre se  
fez presente.

Esteve a UPES, no passado, engajada em campanhas na-  
cionalistas, como a campanha do Petróleo É Nosso e a que foi  
movida contra o nazi-facismo de tão triste memória. Ainda re-

centemente esteve lado a lado dos professores paranaenses durante suas lutas reivindicatórias e apoiando-os integralmente em suas legítimas greves.

E neste momento, quando se instala o governo democrático do PMDB no Estado do Paraná, a UBES demonstra toda sua consequência ao trabalhar na conscientização dos alunos, pais e professores, sobre a importância da participação no processo eleitoral do dia 17 de junho, que elegeu legitimamente, pelo voto direto, os novos diretores das escolas estaduais de primeiro e segundo graus.

Por isso, apresentamos nossa saudação aos companheiros estudantes do Paraná, que apesar de todas as dificuldades que ora passamos, preparam-se para realizar o XXXIV Congresso da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, nos dias 14, 15 e 16 de outubro, na cidade de Paranaguá, contrariando a visão daqueles derrotistas que tentam criar a imagem de um movimento estudantil desarticulado.

Ao mesmo tempo em que nos congratulamos com a realização deste Congresso, manifestamos nosso apoio a lutas hoje travadas pela UPES, e que deverão centrar as discussões deste importante evento, onde consta a participação de secundaristas no Conselho Estadual de Educação, a criação do Departamento de segundo grau na Secretaria da Educação, a legalização das entidades estudantis, a padronização das identidades estudantis, pelo ensino público e gratuito, pela reforma democrática do ensino de segundo grau, pela garantia da destinação de 12 por cento do orçamento da União para a educação e por eleições diretas para presidente da República.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor à Secretaria de Estado da Agricultura, Acarpa-Emater, e Associações de Criadores do Estado, pelo invulgar brilho e exemplar organização da Exposição Pecuária, ora em realização no "Parque Castelo Branco" nesta Capital.

Iniciativas de tal natureza, que além de atestarem o alto grau de tecnologia hoje empregado pela pecuária paranaense, bem demonstrando a pujança do Estado na atividade pastoril, servem como ativo centro de comercialização de reprodutores, estimulando os negócios e contribuindo para o melhoramento dos rebanhos paranaenses, por isso mesmo se fazendo merecedoras do nosso mais incondicional apoio.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Apoiamento: Paulo Furiatti.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo e congratulações pela realização da X Festa Nacional do Porco no Rolete, onde 30 mil pessoas tiveram a oportunidade de sentir a pujança e o vigor de uma organização perfeita aliada à qualidade. Promoção exclusiva da cidade de Toledo, no Oeste de nosso Estado, esta festa, criada por iniciativa do Clube de Caça e Pesca, tem características próprias pois, o esmero combinando em perfeita harmonia com a alegria comum, permite que se festeje a confraternização entre locais e visitantes, permitindo até esquecer a fase de pessimismo que se abate em nossa gente.

REQUER, outrossim, após decisão do Plenário, que se dê ciência do presente ao senhor Egrégio Munaretto, diretor superintendente da Sadia de Cascavel, presidente da comissão organizadora desta monumental festa.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio aos excelentíssimos senhores juízes do Tribunal Regional do Trabalho, de apoio às reivindicações salariais da categoria profissional dos jornalistas.

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de apoio às reivindicações da categoria profissional dos jornalistas, na decisão dos excelentíssimos senhores juízes do Tribunal Regional do Trabalho.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

##### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a pauta de reivindicações não contém nada de novo, tampouco exagerado. O carro-chefe da campanha é a exigência de aplicação do INPC integral na correção dos salários, de manutenção do piso, de um só acordo salarial para todos os profissionais da informação, de estabilidade de 12 meses e hora extra em 100 por cento, além do cumprimento da legislação que regulamenta a profissão.

Os jornalistas, através de seu Sindicato, com razão, insistem na manutenção do piso correspondente a 5 salários mínimos e a produtividade integral. O piso por tratar-se de conquista vintenária da categoria e a produtividade integral por existir já jurisprudência e pronunciamentos pela sua inconstitucionalidade.

No concernente à proposta dos proprietários dos veículos de comunicação, há que se entender a falta de clareza na definição de critérios essenciais para a definição de acordo ajustado à atual conjuntura de crise econômico-social por que passa o País.

Assim é que, em face das dificuldades crescentes dos trabalhadores, inclusive das camadas médias intelectuais, resolvemos encaminhar aos excelentíssimos senhores juízes do Tribunal Regional do Trabalho a posição desta Casa, como decerto coincide com a desse Tribunal, em favor de salários condignos e justiça social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de requerimento ao excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná, doutor José Richa, no sentido de que seja processada com a máxima rapidez a regulamentação do quadro de jornalistas na administração direta e indireta do governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

##### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a valorosa categoria profissional dos jornalistas tem sido, ao longo destes anos de arbítrio, profundamente prejudicada no pleno exercício de sua profissão.

Primeiro, no plano político, com o cerceamento da liberdade de imprensa e o afastamento da sociedade civil das decisões da esfera administrativa. Segundo, no plano social, com a desvalorização e sub-remuneração da categoria, como função do programa econômico das elites dirigentes. Por último, no esvaziamento da profissão, em falgrante desrespeito ao regulamento da profissão.

Neste momento, com o ascenso ao Poder Público Esta-

dual da oposição democrática, materializada no governo do PMDB José Richa, há que se corrigir estas injustiças com a implementação de novos métodos e perspectivas na política de comunicação social. Passos concretos já foram desenvolvidos neste rumo. Outros passam a ser assumidos no processo de trabalho, como o da regulamentação do quadro dos jornalistas profissionais na administração direta e indireta do Estado.

Urgentíssima se faz esta medida, quando sabemos que, "exempli gratia", na Secretaria de Estado das Finanças, em sua Assessoria de Imprensa, há profissionais percebendo salários da ordem de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), em desobediência ao piso salarial que constitui uma conquista vintenária da categoria dos jornalistas. Exemplos desta natureza não faltam.

Eis a razão por que deve o governo do Estado do Paraná esforçar-se praticamente na concretização do compromisso público assumido com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, revertendo um perfil perverso e contrário à construção de um autêntico e vigoroso jornalismo em nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja analisada a viabilidade de designar com urgência, um delegado para o distrito de Luiziana, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa do senhor Heitor Finn, onde afirma a falta de uma melhor estrutura para aquele organismo policial, colocando constantemente em risco toda aquela coletividade.

Neste sentido, torna-se necessário que medidas sejam tomadas, a fim de proporcionar maior segurança e tranquilidade.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos com o intuito de avaliar a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado — IPE, na municipalidade de Nova Cantu.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do governo estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às metas no setor de saúde e saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar tal processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de Saúde.

A criação portanto, da agência do IPE no município de Nova Cantu, está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade de se enviar peças de reposição para a viatura pertencente à Delegacia de Polícia localizada na municipalidade de Janiópolis.

O chefe do Poder Executivo Municipal daquela cidade, excelentíssimo senhor Neurides Valber Brero, responsável por tal iniciativa, salienta, através de correspondência enviada, a urgência de se realizar a reposição de peças naquele veículo, em face do mesmo ser imprescindível para a operação que lhe é destinada. Ademais, em 19 de fevereiro do ano de 1973, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, foi firmado convênio com aquela Administração para o fornecimento de combustível, embora existam problemas quanto ao cumprimento do referido convênio, sendo também outro problema para aquele organismo policial.

Neste sentido, faz-se necessário a eliminação dos problemas ora existentes, a fim de poder oferecer a toda aquela coletividade, maior segurança e tranquilidade.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja autorizada providências para a demolição de oito salas pré-fabricadas, no colégio Dom Bosco, localizado no município de Campo Mourão.

Encontram-se sem a menor condição de uso as referidas salas, sendo obsoletas, não permitindo, neste sentido, a utilização daquele espaço para outras necessidades.

Torna-se fundamental a eliminação do problema ora existente, sendo tal reivindicação de iniciativa da direção daquele estabelecimento em conjunto com a Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja avaliado, através de estudos, a possibilidade de se proceder a instalação de um Ambulatório psiquiátrico no distrito sanitário de Campo Mourão.

De iniciativa da senhora Cidália Guimarães de Araújo, tal reivindicação visa fundamentalmente eliminar os atuais problemas existentes ante a ausência deste tipo de atendimento acontecendo comumente, transtorno aos habitantes não só de Campo Mourão, mas de toda a região.

Ao que ora é proposto, o mesmo ao ser atendido, permitirá que justifique a interiorização proposta pelo governo estadual.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo objetivando a conservação da Estrada que liga Araruna a São Lourenço, passando pelo distrito de Lirial de São Luiz, pertencente à municipalidade de Araruna.

De iniciativa do excelentíssimo senhor vereador Antônio Laércio Svalgen, através de correspondência enviada, onde destaca a inviabilidade de se trafegar naquela ligação quando da existência de precipitações, prejudicando os usuários, destacando-se três indústrias de farinha de mandioca, de pequeno porte. A conservação deve ser arcada pelo Estado, face a inexistência de recursos a nível municipal.

Neste sentido, pelas razões ora expostas, faz-se necessário a concretização do proposto, a fim de eliminar as adversidades atualmente encontradas.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao senhor governador do Estado do Paraná, o ofício recebido (anexo), datado de 07 do corrente, no qual a maioria absoluta dos integrantes da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, solicitam o atendimento, por parte do governo estadual, de reivindicações do povo rondonense, em número de 41. Decidiram os dignos vereadores de Marechal Cândido Rondon, pela bancada majoritária, do PDS, apresentar uma relação de reivindicações, que eles, muito apropriadamente consideram como sendo "o mínimo que esta comunidade rondonense, tão laboriosa e prestimosa, merece, em retribuição ao tanto que a mesma já contribuiu ao Estado".

O pedido, através de ofício, vem assinado pelos nobres vereadores João Natálio Stein, Waldemar José Greselle, Dieter Leonhart Seyboth, Nelson Jandrey Müller, e Elio Lino Rusch, e foi elaborado após ouvidas as lideranças de Marechal Cândido Rondon e, em especial, o diretório municipal do PDS. É de se acreditar que o governo do Estado dará a devida atenção a estas justas e legítimas reivindicações do povo rondonense.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, signatário do presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER de vossa excelência, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente de congratulações ao PRÊMIO NOBEL DA PAZ, LECH WALESIA, líder trabalhista polonês, do Sindicato Solidariedade da Polônia, hipotecando-lhe o apoio do povo paranaense, a confiança deste Estado no destino comum de libertação dos povos oprimidos, e a solidariedade política das forças democráticas exercitadas a 19 anos aqui no Brasil, e que serão incansáveis também, na luta contra todos os tipos de ditaduras e contra todos os tipos de imperialismos desumanos, sob a liderança desassombrada do PARTIDO DO MOVIMENTO

## JUSTIFICATIVA:

1. A CIVILIZAÇÃO está passando por uma fase de repensagem sobre as propostas culturais oferecidas pelo desenvolvimento da humanidade no percurso da HISTÓRIA DO HOMEM, em que se busca uma DOUTRINA POLÍTICA que congregue em seus postulados de governo, os interesses humanos, pelo menos ao nível dos interesses dos Estados.

E nessa busca, nós que durante um período longo de história já sustentamos a necessidade de se reformular a organização política dos povos, a partir das NECESSIDADES COMUNS DE EXISTÊNCIA, que têm no TRABALHO e no TRABALHADOR as células fundamentais do sistema econômico, e por conseguinte, sustentando a tese de que o CAPITALISMO não atende o complexo biológico que rege a VIDA RACIONAL, e temos de aniquilá-lo colocando o investimento monetário sob o controle do investimento de trabalho, por onde as classes oprimidas, nas forças de produção, nivelem-se no usufruto de resultados econômicos, e a nação ascenda ao DESENVOLVIMENTO HUMANO, ao invés de projetar-se como peso bélico de Estado, não poderíamos nos sentir mais estimulados na certeza de nossa verdade doutrinária, do que nos faz esse PRÊMIO NOBEL DA PAZ, distinguindo na pessoa da figura ímpar do sindicalista polonês, LECH WALESIA, a luta de nós todos que em todas as partes do mundo, lutamos contra todas as formas de opressões de estado, de ditaduras, de totalitarismos e de imperialismos desumanos que dividem a humanidade em "hemisférios políticos", para, assenhoreando-se do TRABALHO HUMANO, assegurem no engrandecimento do estado, um padrão de vida privilegiado sob a fome e o massacre de todos os trabalhadores.

2. E, aqui no Brasil, neste momento em que toda a classe política e todos os segmentos organizados da Nação, denunciam o PLANO GENOCIDA traçado pelas oligarquias do poder, sob a tutela da aristocracia militar que para isso apoderou-se do governo, por via revolucionária, que tem por meta, operar o "milagre delfiniano" do "ESTADO CAPITALISTA", pela eliminação dos pobres do quadro demográfico nacional, contra os quais, já se eleva a alimentação, ao índice inflacionário de 384 por cento; os medicamentos, a 2.162,02 por cento; a habitação, a 291 por cento; o ensino, a 185 por cento; sob um desfalque salarial decelerado contra os trabalhadores, da ordem de quase mil por cento ao ano, que deixa à Nação, como saldo negativo ao seu desenvolvimento, doze milhões de desempregados e subempregados que se traduz numa perda em divisas, da ordem de trinta bilhões de dólares anuais, enquanto a economia do Estado está alicerçada sobre o lastro financeiro internacional, para que assim, o crescimento do Estado, principalmente na área bélica, caminhe descompromissado com o nosso crescimento demográfico contra o nosso decréscimo econômico resultante desse plano genocida, assegurado pela própria situação de alinhamento do País no núcleo dos interesses de poupanças da comunidade financeira internacional, através de um endividamento assombroso, capaz de provocar uma hecatombe nuclear entre a humanidade, se não contar com a paciência do mundo congregado nesse plano, esse NOBEL DA PAZ, tem um significado MUITO ELEVADO quando distingue entre todas as propostas da humanidade, para a realização desse destino comum de desenvolvimento, a tomada de posição pelos pobres, ou seja, os operários, os sem terra, os bóias-frias e os

marginalizados de todo o gênero do processo capitalista, por aqueles que, acreditando como nós, na PESSOA HUMANA como fonte e fim de todas as aspirações sociais e de governo, empreendem essa marcha suicida através das ditaduras e dos imperialismos atomicamente municiados contra a VIDA, cuja aqui no Brasil, deixa um saldo às nossas fileiras, de muitos mártires, desaparecidos, assassinados aos olhos da Nação, banidos, confinados e presos. Num panorama nacional em que, o poderio aquisitivo dos ricos cresceu 70 por cento em pouquíssimo tempo, enquanto a descapitalização das forças de trabalho, correspondeu em achatamentos salariais e expurgos das áreas de ocupações, ao desemprego e ao prejuízo monetário já referidos; em cuja situação, o consumo de proteínas básicas como a carne, caiu em três meses, aqui em Curitiba, 70 por cento; o consumo de alimentos na Nação, caiu este ano, em 14 por cento; somente 40 por cento da nossa população infantil recebe leite em sua alimentação; os juros descapitalizam os campos de empregos, na ordem de 841 por cento ao ano; o sistema econômico, desfalca essas mesmas áreas, na ordem de mais de mil pedidos de concordatas e falências semanais no País; e a economia de governo completa o cerco guerreiro contra os pobres deste País, descapitalizando as unidades federativas da República, que são os estados, na ordem de 19,3 por cento que é a quanto chega o desfalque geral aos estados e municípios, imposto pelo atual sistema tributário. De onde se conclui que o CAPITALISMO desfechou sobre a HUMANIDADE, o mais violento, e o mais perverso de todos os seus ataques. E então, esse AUGUSTO NOBEL DA PAZ, NÃO PODERIA TER FEITO DISTINÇÃO MELHOR.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER, o envio de expediente às autoridades abaixo mencionadas, no sentido de que seja construído um prédio em alvenaria, para instalar o 5.º Distrito Sanitário e o Centro de Saúde do município de Guarapuava, ficando como segunda opção, a reforma do atual prédio onde funciona aquela unidade sanitária.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos excelentíssimos senhores DOUTOR JOSÉ RICHIA, digníssimo governador do Estado e ao DOUTOR LUIZ CORDONI JÚNIOR, digníssimo secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

##### JUSTIFICATIVA:

O prédio onde funciona hoje o 5.º Distrito Sanitário e o Centro de Saúde de Guarapuava, encontra-se em péssimas condições, sendo premente a construção de um outro prédio, haja vista que com o crescimento populacional que se tem verificado naquele município nos últimos anos, aquela unidade sanitária vem funcionando em local que além de não permitir a sua expansão operacional, está em péssimas condições, como já frisamos acima.

Caso não haja a possibilidade de se fazer uma nova construção, é necessário que se faça dentro de menor espaço de tempo possível, a reforma do atual prédio, bem como a sua

ampliação, para um melhor desempenho daquela unidade sanitária, e desta forma, para que possa alcançar os objetivos almejados por toda a população do município de Guarapuava, e de toda aquela imensa região.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE ao senhor secretário de Estado dos Transportes.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a sua excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando daquela Secretaria de Estado que seja efetuado o capeamento asfáltico, no trecho do prosseguimento da Rodovia do Papel, subtrecho específico da ponte sobre o Rio Tibagi, até a fábrica das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz, tendo em vista que o trecho em pauta não foi completado, quando da administração do governo Jayme Canet Júnior.

No momento estão se realizando trabalhos similares na Rodovia do Café, próximo ao trecho acima referido, tornando viável o deslocamento do equipamento para a realização deste trabalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor doutor Deni Lineu Schwartz, secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas no município de Bituruna, na recuperação das estradas, que se encontram em péssimas condições para trafegar.

Como já é sabido por todos, Bituruna está contida na região que mais sofreu com as chuvas causadas nos meses anteriores, e as quedas de barreiras, pontes e bueiros, vieram tornar e dificultar a vida daquela gente, fazendo até com que estudantes tenham que locomover-se a pé para a cidade a fim de estudar, e os agricultores sequer conseguem transportar seus produtos para a comercialização.

Nesse sentido, apelamos para o senhor secretário dos Transportes, para que o mais breve possível tome as medidas necessárias para que a normalidade volte a reinar naquele município.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, secretário de Estado dos Transportes, apelando no sentido de se construir a ligação asfáltica entre a estrada de Sumaré, distrito de Paranaíba, à saída para Maringá, nas proximidades do Posto Charm, com aproximadamente 2.000 m.

Este trecho de estrada, há muito tempo vem sendo reivindicado por esta população, fato que se consumado, trará grande benefício para todos aqueles que a utilizam, e diga-se de passagem, o movimento neste trecho é muito intenso, fazendo com que nos dias de chuvas, fique praticamente sem possibilidade de se trafegar por este pedaço de chão.

Paranavaí é um município de grande representatividade de nosso Estado e sua população, que sempre acreditou nos homens da administração estadual, agora, com o PMDB no governo, pedem incansavelmente que este pequeno trecho seja construído, dando desta forma mais condições para melhorar o conforto daquela gente.

Neste sentido, apelamos para que as autoridades competentes se sensibilizem, e construam o mais breve possível este trecho tão reclamado pela gente de Paranavaí — Sumaré.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, que após ouvir o Plenário, envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário do Interior, solicitando o apoio das reivindicações formuladas pelo município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão, quando da instalação do governo em 30 de setembro de 1983, fez as seguintes reivindicações: eletrificação de 3 mil propriedades rurais, dentro do programa de eletrificação de cem mil propriedades rurais. Extensão de rede elétrica no Jardim Aeroporto e outros da periferia da cidade dentro do programa das 340 mil ligações já servidas pela Copel. Construção da sede própria para escritório da Copel.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário, REQUEREM o encaminhamento de moção em homenagem ao Dia do Engenheiro Agrônomo no próximo dia 12, a ser enviada à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(aa) SABINO CAMPOS

PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo senhor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. secretário de Estado da Segurança, pela criação e instalação de Posto de Identificação no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A cédula de identidade é peça principal no mecanismo das relações pessoais e de identificação perante os órgãos oficiais e privados. O Estado deve colocar à disposição das populações, meios para que elas possam se colocar diante das necessidades reais de maneira mais ordeira e organizada.

#### REQUERIMENTO

Senhor prpsidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, através do excelentíssimo senhor governador do Estado, ao senhor secretário de Estado dos Transportes, o mais veemente apelo no sentido de que seja atendido, com a maior presteza, o município de Boa Vista da Aparecida, que necessita, desesperadamente, de maquinário destinado à recuperação das estradas, pontes e bueiros, que se encontram praticamente destruídos pelas recentes chuvas e que, onde permitem o tráfego, este se faz com extrema precariedade.

No município de Boa Vista da Aparecida, que não possui equipamento suficiente para a conservação de suas vias de acesso, a situação vem se agravando dia a dia e chegará a um verdadeiro estado de calamidade, se não for atendido a tempo, pois em princípios de novembro, ao começarem as colheitas, não haverá condições mínimas para o escoamento das safras.

É preciso que o nosso governador não esqueça que este município sempre foi um dos mais aguerridos redutos do PMDB e que, na última eleição, maciçamente, apoiou e confiou em nós todos na luta pela conquista do Palácio Iguaçu. Agora, em retribuição, nada mais justo que olhemos com o maior carinho por aqueles que tanto nos ajudaram.

As lideranças do município já se mostram inconformados pelo fato de verem os municípios vizinhos atendidos em suas reivindicações, enquanto que os amigos de ontem que são os de hoje e que ainda e apesar de tudo, serão os de amanhã, se encontram relegados a um segundo plano.

Nestas condições, apelamos para a intervenção direta do excelentíssimo senhor governador e do secretário de Estado dos Transportes, para que medidas urgentes sejam adotadas para que o povo daquele município tenha condições de trafegar e escoar as suas safras.

É nesse sentido o nosso apelo.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 175/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no município de União da Vitória, uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação própria consignada na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

As recentes e intermitentes chuvas que se abateram sobre o nosso Estado e que ocasionaram as enchentes geraram um verdadeiro "Estado de Calamidade Pública".

É nestas situações que identificamos os problemas, as deficiências e também as soluções.

União da Vitória foi o município paranaense onde, sem a menor sombra de dúvidas, as enchentes castigaram de forma dramática a nossa gente. O flagelo se abateu duro e destruidor, sobre a brava população daquele município do sul de nosso Estado.

Apesar da presteza do atendimento e da imensa solidariedade que União da Vitória recebeu, ficou clara as debilidades para um mais pronto atendimento dos atingidos pela tragédia.

A falta de uma unidade do Corpo de Bombeiros em União da Vitória para o atendimento, não só, às situações de flagelo, mas a todo tempo que o serviço vier a ser necessário, notadamente por ocasião de incêndios que, normalmente, ocorrem nas matas e nas indústrias madeireiras, foi identificada e passou

a ser uma sentida reivindicação da população daquele município.

Atender tal reivindicação é a preocupação do presente projeto de lei. Propomos autorizar ao Poder Executivo a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar em União da Vitória, ficando as despesas decorrentes da execução desta lei por conta de dotação própria consignada na Lei de Meios.

É de fundamental importância a instalação de tal unidade, devidamente equipada com todo o instrumental necessário para o socorro das diversas eventualidades que possam afligir a população da região, tais como: botes, embarcações, salva-vidas, equipamentos para busca e salvamento, etc.

Acreditamos estar, desta forma, como homens públicos, atentos aos pleitos de nossa gente. Não só isso, acreditamos, estar deixando aquela região do Paraná que inúmeras e valiosas contribuições tem dado ao progresso de nosso Estado, melhor guarnecidas para o enfrentamento de situações futuras.

#### PROJETO DE LEI N.º 176/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a entidade "Lar de Ananda" com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta capital e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres pares a medida aqui proposta, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

#### PROJETO DE LEI N.º 177/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Leão, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Leão, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexadas a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente a matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação as presenças em plenário do Sr. Antônio Cabreira Sá, prefeito municipal de São Tomé; do vereador Pedro Batista Freitas de Cianorte, do Sr. prefeito de Japurá, Arlindo Mazoni e do vereador Eliseu Schmit, do Município de Cascavel.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. presidente, Srs. deputados, (Lê):

Existem homens, categorias e classes sociais, que na história adotam uma postura de defesa de ordens sociais atrasadas, arcaicas e injustas. Outros adotam uma postura de constante indefinição, contribuindo, através da omissão, para a manutenção do atraso. Mas há aqueles que adotam uma postura de inconformidade, de crítica ao que existe de incorreto e injusto. Adotam uma prática de transformação.

Hoje ocupamos a tribuna desta Casa para prestar homenagem a uma categoria que sempre se pautou pela posição de ser um agente crítico e transformador de nossa sociedade: os engenheiros agrônomos, que amanhã, dia 12, estarão comemorando o seu dia nacional.

Foram os engenheiros agrônomos os primeiros segmentos democráticos de nosso Estado a se levantarem contra as injustiças sociais no meio rural. Injustiças que têm como base uma estrutura de terras, expulsando os pequenos produtores e outorgando ao Paraná, o infeliz título de campeão de evasão de mão-de-obra para outros Estados. Foram uma das primeiras categorias a criticar e denunciar a completa dependência de nossa agricultura aos paradigmas químicos impostos pelas multinacionais, que incentiva o uso discriminado e descontrolado de agrotóxicos e pesticidas, acarretando males irrecuperáveis à saúde humana. Criticaram e criticam a devastação desenfreada de nosso Estado, dizimando nossa cobertura florestal que antes ocupava 80 por cento de nosso território e hoje não ultrapassa preocupantes 5 por cento, provocando menor produtividade, assoreamento dos rios e desequilíbrios ecológicos. Vinte por cento de nossas terras hoje se encontram em rápido processo de desertificação..

Denunciaram e denunciam o método de decisão política através de apenas um pequeno círculo de tecnocratas, a exemplo do que continua a ocorrer com o Banco Central do Brasil, que decide o emprego dos recursos do crédito rural, sem levar em conta os critérios agrônômicos, levando deliberadamente os agricultores e a sociedade a arcar com todo o ônus de uma política agrícola irracional.

Foi uma das primeiras categorias, sempre junto a outras entidades democráticas, que levantou as soluções para as dificuldades de nossa estrutura agrária, propondo a reforma agrária, dando terra a quem nela queira trabalhar; o incentivo aos pequenos produtores; a diversificação de nossas culturas, voltando a agricultura principalmente para a produção de alimentos necessários ao nosso consumo interno; a criação de reservas florestais que mantenham o mínimo de cobertura florestal nativa que ainda resta em nosso Estado; e o incentivo à pesquisa biológica em contraposição aos produtos químicos das multinacionais.

No dia dos Engenheiros Agrônomos é momento, portanto para homenagearmos as lutas da categoria, conduzidas por sua entidade representativa no Paraná, a AEAPR. Luta que se soma a de todos os democratas e patriotas, pela substituição deste regime militar que levou nosso País aos caos e a falência, entregando nossas riquezas e nosso trabalho aos países imperialistas e às multinacionais. É momento para acreditar que unidos conseguiremos construir um país, que tenha uma agricultura e uma política ambiental, voltada para os brasileiros, com uma política econômica realmente nacional. Um país com liberdade e justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. presidente, srs. deputados. Em complemento ao pronunciamento do nobre deputado Sabino Campos, engenheiro agrônomo, venho a esta tribuna, neste dia, também render as minhas homenagens, à categoria agrônômica brasileira, que vem há muito traduzindo em atos, traduzindo em ações a sua inconformidade com os rumos que a agricul-

tura brasileira vem seguindo. Uma categoria profissional que antes das questões profissionais específicas, trata das graves questões da agricultura brasileira. Uma categoria composta de 40 mil profissionais, neste País, e que tem dentro de si, 8 mil desempregados, numa recessão econômica que não chega a atingir profundamente a agricultura, mas que chega a atingir profundamente os desempregados, digo, os agrônomos brasileiros, quando temos esse dado concreto de 8 mil desempregados. Uma categoria de 3 mil profissionais no Paraná, com 500 profissionais desempregados e uma agricultura que está a exigir imediata reformulação de seus princípios de produção.

Rendo minhas homenagens à categoria profissional, que acima dos interesses específicos, tem tratado dos problemas da Nação e dos problemas do Estado, com tecnologia à disposição, hoje, extremamente danosa aos interesses nacionais e entregues aos grandes interesses multinacionais. Vemos que a terra que se esvai, dando a cor vermelha a nossos rios e com isso sugando o que de mais importante temos, tanto para os dias de hoje, como para os dias de amanhã.

Categoria que recentemente, ainda no mês de setembro, no XIII Congresso Brasileiro de Agronomia, tirou posição a favor da constituinte, a favor das eleições diretas, porque tem a consciência que a mudança que precisamos, neste País, é a mudança política, a essência da mudança política. Nós temos as alternativas técnicas, temos a tecnologia alternativa, mas não temos a vontade política dos governantes que estão de joelhos, a manter um modelo econômico antinacional, antipopular.

Sinto-me muito à vontade para homenagear essa categoria, porque tenho respaldo dos congressos estaduais e do congresso brasileiro que falam a linguagem da Pátria, digo, que falam esta linguagem que hoje traduzo desta tribuna, a linguagem da Pátria, a linguagem contra a rapina que está tirando da Nação brasileira o que é mais importante para o seu povo, que é a sua terra, que é o conhecimento científico.

Dia 12 de outubro é o Dia do Engenheiro Agrônomo, também do desempregado; do engenheiro agrônomo consciente; do engenheiro agrônomo que não se curva a um modelo econômico; do engenheiro agrônomo que não se curva a todo um processo nacional que está retirando do nosso agricultor — não bastando só retirá-lo da terra mas retirar do agricultor os conhecimentos científicos disponíveis para que saíamos da escravidão tecnológica a que estamos submissos.

O Paraná, um Estado altamente importante na produção agrícola e que nos últimos 10 anos, com toda parafernália científica e técnica internacional, além de expulsar o homem do campo, está tendo uma tecnologia completamente fora da nossa realidade.

Homenageio neste dia 12 de outubro uma categoria que exige uma reforma agrária ampla para que os processos de injustiça social no campo desapareçam, e entrem novas consequências de uma política agrícola em que aquele que trabalha a terra tenha a oportunidade de ter o seu quinhão dentro da Nação brasileira.

Rendo, neste dia 12 de outubro, como complemento ao pronunciamento do deputado Sabino Campos, as minhas homenagens aos agrônomos do Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Desejo inicialmente associar-me também às homenagens já prestadas em nome da nossa bancada, pelos deputados Sabino Campos e Paulo Furiatti à categoria dos agrônomos, que estão comemorando o seu dia. Somos sabedores do trabalho desta categoria, em favor

do Paraná e do Brasil, no cuidado da riqueza maior de uma Nação, que é a terra.

Senhor presidente, senhores deputados; estivemos na semana passada em contato com a Secretaria da Justiça de nosso Estado, procurando verificar no local, o que se está fazendo em termos de reformulação de filosofia, métodos e práticas na área da Justiça no Paraná.

Acreditamos ser esta uma das funções do parlamentar, que além da vigia constante dos objetivos a que se propôs o partido na antevéspera da vitória eleitoral, deve também estar sempre atento, quer fornecendo subsídios, sempre indispensáveis no sistema participativo, quer divulgando a nova sistemática de tratamento da coisa pública.

Trazemos hoje a esta Casa de Leis, o novo panorama que já se vislumbra com a ação do secretário Horácio Racanello Filho, à frente da Secretaria da Justiça, com a proposta de justiça em nova dimensão, inserida no programa da ação administrativa do governo José Richa, que deve não apenas ser conhecida, mas também e principalmente, ser atentamente acompanhada para que produza os frutos que toda a sociedade espera.

Com o objetivo de atingir os postulados das diretrizes emanadas do Plano de Metas do governo do Paraná, que são, na área da Justiça, a democratização do poder, a participação comunitária e a democracia com desenvolvimento e justiça social, já se encontra em fase de otimização, apenas para citarmos alguns tópicos;

a) A modernização administrativa, com racionalização dos recursos materiais e humanos, para que a Secretaria obtenha o máximo de resultados com um mínimo de dispêndios, em particular através de treinamento, relotação e remanejamento nos quadros de pessoal. Na modernização administrativa da Secretaria da Justiça, segue-se o exemplo da modernização que se procura implantar em todas as áreas do governo do Estado do Paraná, e para que nós possamos administrar o Estado com o menor dispêndio de recurso possível, torna-se necessário modernizarmos o sistema administrativo do Estado, para que não venhamos jogar pela janela o dinheiro arduamente arrecadado da contribuição do povo;

b) Humanização e descentralização do sistema penitenciário; esta meta está sendo acelerada, a fim de que sejam propiciados aos internos condições de vida compatíveis com a dignidade humana. Optou-se pela imediata humanização do sistema penitenciário paranaense, uma vez que a descentralização, em razão da escassez de recursos, depende de providências a médio prazo. Na perseguição deste objetivo, já se procederam a reforma nas instalações da Penitenciária Central; adequação e melhoria da qualidade das refeições; aquisição de equipamentos médicos, adaptações no Manicômio Judicial para funcionar também como pronto-socorro do sistema e programas integrados com a Secretaria da Saúde, visando melhor assistência à população carcerária; programa de desenvolvimento hortigranjeiro em todas as unidades penais e incentivo ao trabalho de artesanato, com postos de vendas e recursos destinados à manutenção do Fundo Penitenciário; implantação de canteiros de trabalho, objetivando acabar com a ociosidade carcerária, origem da maioria dos conflitos internos; importantes convênios como com a Fundepar, para a fabricação de carteiras; com a Secretaria da Educação, para cursos de alfabetização e supletivo, e com o Senai e Senac, para realização de cursos profissionalizantes. Ressalte-se também a instalação de bibliotecas e prática de esportes e atividades artísticas.

Em pronunciamento que fizemos nesta Casa, destacamos que a origem maior de todos os males dentro do sistema carcerário é a ociosidade com que vive o apenado. Enquanto pudermos melhorar ao apenado, as condições de trabalho, nós temos certeza da sua reintegração na sociedade, porque ele, em lá trabalhando, estará aprendendo um ofício que lhe possibilitará

decentemente e honestamente, conviver com a sociedade que irá recebê-lo após o cumprimento da sua pena. E, naquela oportunidade, falávamos das grandes e reais possibilidades de que o apenado tivesse possibilidade de trabalho através de convênios com órgãos do próprio Estado, no fornecimento de materiais que o Estado necessita, e vemos que, a Secretaria da Justiça já manteve convênio com a Fundepar, para a fabricação de carteiras a serem usadas nas escolas do Paraná, e temos um leque imenso ainda, de convênios a serem assinados, para que o apenado, trabalhando, produzindo, ganhando recursos, possa fazer uma reserva financeira para sustentar a sua família, e com o trabalho, terminar com a ociosidade dentro do presídio, a causa maior de todos os males que encontramos no Sistema Penal Brasileiro.

A descentralização, entende a Secretaria da Justiça, que a médio e longo prazo, será indispensável desenvolver este sistema, tendo em vista que, a maior parte dos sentenciados é proveniente do interior. São quase 2.500 internos, e existem nas cadeias públicas, espalhadas pelo interior, algo em torno de 1.700 presos, já condenados e que deverão ser encaminhados à grande Curitiba, aumentando sobremaneira o problema da superlotação penitenciária.

Assim, com a descentralização através de minipresídios e colônias penais agrícolas próximos dos sítios de origem dos apenados, haverá possibilidade de maior agilidade na recuperação do interno, com o concurso da comunidade e seus próprios familiares. Esta meta, altamente perseguida pela Secretaria da Justiça do Estado do Paraná, sem dúvida alguma marcará o início de um novo tempo na reclusão de presos, em nosso Estado, porque, se considerarmos o meio ambiente de onde vem a grande maioria dos presos, homens oriundos do interior homens sem grandes vícios morais, passando a conviver na grande Curitiba em penitenciárias superlotadas com a Penitenciária Central e outras tantas de nossa Capital, esses homens não serão jamais recuperados, pelo contrário, receberão os vícios de seus companheiros de cárcere, e se tornarão portanto, impossibilitados de poderem se recuperar para a vida e para a sociedade.

A Assistência Judiciária, dentro das diretrizes do atual governo, está dando especial atenção à defesa dos necessitados. A Procuradoria Geral da Assistência Judiciária está sendo reestruturada para propiciar a defesa gratuita nas lides judiciais, mediante quadro próprio, composto por Procuradores, Assistentes Sociais e Psicólogos, além do indispensável suporte administrativo, com atuação em todas as comarcas do Estado, de forma regular e permanente, conforme prescrição da lei.

Nesta área, está-se, também batalhando para que a população tenha uma nova imagem do governo, também defensor público, em tudo diferente da antiga figura do Estado, apenas fiscalizador, opressivo e punitivo.

Ocupa lugar de relevo no atual governo a observância rigorosa dos direitos humanos em nosso Estado.

Aqui cabe salientar, entre outras iniciativas, a dinamização do Conselho Estadual de Entorpecentes, com o objetivo de proteger nossa juventude contra a distribuição indiscriminada de substâncias que causam dependência, através de campanhas que desestimulem a disseminação de entorpecentes em nosso meio.

Ainda em relação a este tópico, ressalta-se a criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos, assunto que será por nós tratado desta tribuna na próxima semana, porque achamos que se esta Casa já criou a sua Comissão Permanente de Direitos Humanos, deve imediatamente dinamizá-la para que a Assembleia Legislativa possa estar presente quando os fatos acontecerem, e de preferência, antes deles acontecerem, na defesa intransigente dos direitos mais elementares da pessoa humana. Presente, o Poder Legislativo, irmanado com outros órgãos de defesa aos direitos humanos existentes em nosso Estado, nós temos certeza de que poderemos contribuir para que o cidadão sinta-se mais gente, mais respeitado, mais igual e que não se cometam

absurdos contra o direito da pessoa humana, tão aviltado nos últimos tempos.

Na Secretaria da Justiça, um dos projetos que está sendo posto em prática, de real importância, é a naturalização de estrangeiros.

Poucos já ouviram falar que existem hoje no Brasil, aproximadamente um milhão de estrangeiros em situação irregular, e que poderão sofrer expulsão até abril do próximo ano, se não tiverem a sua situação regularizada.

A aquisição da nacionalidade brasileira por parte dos estrangeiros, em especial em nosso Estado, que por suas características próprias detém grande número de extranacionais em situação ilegal, tem sido preocupação da Secretaria da Justiça do Estado do Paraná.

A Coordenadoria competente tem procurado agilizar as atribuições que lhe são conferidas por Lei, assim um número crescente de pedidos vem sendo processado mensalmente, seja através da própria Secretaria, seja pela equipe volante que vem visitando as diversas regiões do Estado, funcionando nas prefeituras e Câmaras de Vereadores.

Já foram visitadas as cidades de Arapongas, Jandaia do Sul, Londrina, Medianeira e já constam da programação: Maringá, Quedas do Iguaçu e Cascavel.

Esta é uma forma concreta e objetiva de proceder a interiorização da Justiça. Nós aproveitamos este tópico, para conclarmos nesta Casa, os nobres deputados que compõem este Poder, para que, na visita de suas bases eleitorais, quando retornando aos seus municípios, procurem em contato com as prefeituras, com as Câmaras Municipais, com as lideranças locais, agilizar o processo de naturalização dos estrangeiros do Brasil, porque os prazos começam a se esgotar, os problemas começarão a surgir e a população paranaense como do Brasil inteiro, desinformada até dos caminhos a seguir para poder conseguir a sua naturalização.

Muitas e muitas vezes paga um preço desnecessário para que a atividade particular possa encaminhar o seu pedido de naturalização, e hoje, nós possuímos, na Secretaria da Justiça, os órgãos competentes para visitarem as comunidades e procurarem acelerar o processo de naturalização dos estrangeiros que tanto contribuíram para o progresso da nossa terra, que tanto nos ajudaram na colonização de vastas regiões do Estado do Paraná e vários Estados do Brasil.

Eles, portanto, merecem o nosso trabalho, o nosso apoio, o nosso respeito, para que possam ser brasileiros de direito e de fato, através da naturalização.

Vimos então, em contato com as áreas abrangidas pela Secretaria de nosso Estado, o muito que ainda precisa ser feito.

Por outro lado, verificando tudo o que já foi realizado e o que está em andamento, ficamos a imaginar o quadro aterrador em que se encontrava o sistema penitenciário e as demais esferas de atuação próprias da Secretaria da Justiça, em passado muito recente.

Hoje, a situação ainda é preocupante. Convenhamos que a política econômica do governo federal, responsável pelo caos social em que se vê mergulhada a sociedade brasileira, como se pode constatar pelo próprio noticiário do dia-a-dia, e pior, sem perspectivas animadoras nem a médio prazo, fazem da área da Justiça uma das mais sacrificadas, pois obriga-se, como no caso do Paraná, a arcar com as consequências do empobrecimento generalizado, causa primeira da delinquência.

Fica aqui o registro do intenso trabalho na área da Justiça de nosso Estado, desenvolvido por Horácio Racanello Filho e sua equipe, e a nossa confiança de que a nova imagem de governo que o PMDB aqui mostra, tem passagem obrigatória pela Secretaria da Justiça do Paraná.

**O Sr. Odeni Mongruel** — Senhor deputado Caíto Quintana, vossa excelência concede um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA — Concedo o aparte a vossa excelência.

O Sr. Odeni Mongruel — Gostaria, senhor deputado, mais uma vez de destacar a presença de vossa excelência nesta tribuna.

Vossa excelência traz um assunto de grande magnitude e que hoje deve merecer a atenção prioritária do governo em todos os planos, municipal, estadual e federal.

Vossa excelência traz a informação de que mais de 1.700 pessoas condenadas estão sem condições satisfatórias de responder pelas penas que a sociedade lhes atribuiu, e eu gostaria de lembrar mais uma vez, o crescimento acentuado da violência no Estado do Paraná.

No último ano, é motivo de apreensão para a sociedade como um todo, e em particular para aqueles que, instituídos de mandatos, exercem na vida pública as suas atividades políticas.

Não é menos verdade de que a repressão e a prevenção do crime na sociedade moderna, segue rigorosamente a mesma linha da distribuição das riquezas, aos aspectos morais, éticos e psicológicos que envolvem o indivíduo no mundo e na sociedade contemporânea.

Gostaria, nobre deputado, de lembrar aqui a manifestação que fiz desta tribuna, no sentido de que sua excelência o senhor governador do Estado, atente para um detalhe que é da maior magnitude e da maior importância, de que o fenômeno da violência não é algo passageiro.

O fenômeno da violência hoje, mais do que nunca, é a demonstração inequívoca da degradação do indivíduo e do desfazimento da sociedade organizada.

É preciso e é necessário que neste momento, a sociedade global e o aparelho estatal, somem esforços no sentido de encontrar meios e condições para que a prevenção do crime seja realmente alcançada. Nós sabemos de que o crime é contemporâneo do homem, é inerente à criatura humana e é justamente o aspecto organizacional da sociedade que impõe disciplina, método e rigor para que o sentido animalesco e instintivo do homem, não se comporte e não aflore de forma tal a destruir o convívio comunitário.

E é neste sentido que me incorporo à manifestação de vossa excelência, não apenas no combate direto ao crime, mas nas medidas corretivas que devam ser adotadas, no que se refere ao trabalho da justiça, para que tenhamos, naquela pessoa, que cometendo um crime e sofrendo a pena de reclusão, receba as condições pedagógicas necessárias para a sua própria promoção, para a sua libertação dos seus instintos, no sentido de se tornar na continuidade, cidadão digno de conviver na sociedade.

Quero também, senhor deputado, acima de tudo, destacar que neste momento, esse processo de alienação do indivíduo, a marginalização do indivíduo no mundo moderno, é sem dúvida nenhuma, consequência de dois aspectos que me parecem por demais evidente: o primeiro, é, sem dúvida alguma, o desconhecimento, o descrédito, a desesperança, o desestímulo, a descrença na existência da autoridade e do poder; o segundo é a falta de eficácia das normas sociais que já não conseguem mais deter o indivíduo, no afã de procurar, através de revolta e do recalque, marcar na sociedade, as suas insatisfações e os seus descréditos.

Quero, senhor deputado, acima de tudo, salientar também que este crescimento da violência no mundo como um todo, neste país e em especial no Paraná, é sem dúvida nenhuma, um desafio à inteligência humana e que acima e antes de tudo, deve ser entendido como um apelo moral, no sentido de que as autoridades constituídas e a sociedade em geral, enviem esforços no sentido de botar freio nesse crescimento desmesurado da violência.

Receba, deputado Caíto Quintana, os nossos cumprimentos pela sua intervenção, dessa tribuna, na certeza de que as autoridades governamentais, sejam elas estaduais ou do plano federal, recebam na sua manifestação, a manifestação do Poder Legislativo, pois não podemos voltar as costas a um problema que grassa e que cresce na sociedade paranaense, nos levando ao estado de desespero em que as reações primeiras, deputado, é indiscutivelmente, atitude do cidadão em se armando, procurar, fazer justiça por mãos próprias numa demonstração inequívoca de que não crê mais na organização da sociedade política que desejamos, e que nos cabe, por honra e por dignidade, preservá-la.

Meus parabéns, deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço seu aparte deputado Odeni Mongruel, aparte que me faz, uma vez mais, vê-lo como sempre o vi, tratando nesta Casa com imparcialidade, dos assuntos que dizem respeito a nossa sociedade e a evolução do nosso Estado.

Sem radicalismos de bancada, vindo na contribuição dos parlamentares de qualquer partido, uma forma de podermos dignificar o nosso mandato, mas, mais do que isso, respondermos a confiança que nos depositaram os nossos eleitores, na esperança de que este Poder, possa contribuir para a solução dos seus problemas.

Quando vossa excelência, deputado Odeni Mongruel, cita que nós precisamos buscar as causas que originam o terrível espetáculo que aflora aos nossos olhos, da marginalização crescente na sociedade, da revolta contida na criança marginalizada, desassistida, sem amor, sem respaldo da sociedade, nós focalizamos exatamente aí, a origem de todos os males e do crescimento do marginal, do futuro delinquente.

A sociedade como um todo, em vários aspectos, é injusta com o nascedouro do marginal, com o menor abandonado, com a criança carente de alimentos, carente de dinheiro, e mais carente ainda da coisa mais importante que se deve ter que é afeto, amor e compreensão.

Muitas e muitas vezes, nós damos a esmola para quem pede com o objetivo único de nos livrarmos da presença indesejável do maltrapilho, da criança necessitada.

Muitas e muitas vezes escondemos atrás dos muros, dos cárceres, o apenado, como uma forma de esconder da sociedade este homem que nós mesmos marginalizamos e que colocamos lá.

Nós precisamos humanizar a vida, humanizar a sociedade e é dentro desse aspecto, deputado Odeni Mongruel, que quando tivermos na formação da Comissão Permanente de Direitos Humanos, fazemos questão, que esta Plenária venha discutir, por várias sessões se necessário for, a forma de atuação deste parlamento, na tentativa de contribuir, para que se possa minorar o clima que se instalou na sociedade brasileira.

Mas precisamos, também, deputado Odeni Mongruel, analisarmos no aspecto governamental, para que nós possamos lutar por uma distribuição melhor de renda nesta sociedade, para que possamos amparar melhor as classes menos favorecidas, para que não venhamos virar as costas frente a um problema que está crescendo dia-a-dia, e que pode engolir a sociedade.

E aí, deputado Odeni Mongruel, eu lembro o final de uma estrofe de um soneto, que fala: "morcegos, sugando, sugando, sugando o sangue do povo sem eterno findar. Morcegos, cuidado, que o sangue jorrando vos pode afogar".

Fica aqui o registro do intenso trabalho na área da Justiça de nosso Estado, desenvolvido pelo secretário Horácio Rancanelo Filho e sua equipe, com a nossa confiança de que a nova imagem do governo que aqui se mostra tem passagem obrigatória pela Secretaria da Justiça do Estado do Paraná.

Não se conseguiu muita coisa até o presente, mas a certeza de contarmos com o secretário de Estado voltado para a huma-

nização dos presídios e para o estudo das origens da criminalidade, nos dá certeza de que num futuro muito próximo poderemos começar a melhorar, evidentemente a forma de vida que se nos apresenta no momento atual.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. RUBENS BUENO — O deputado Sérgio Spada fará uso da palavra em nome da liderança do PMDB, por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o senhor deputado Sérgio Spada, por 10 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor presidente, senhores deputados.

Encontra-se em luta há várias semanas a valorosa categoria dos jornalistas profissionais. É uma luta justa e democrática como de resto é a luta do conjunto dos trabalhadores do Brasil. A pauta de reivindicação não é nossa, tão pouco é exagerada. É apenas a resistência contra a política econômica, recessiva e antipopular imposta à Nação.

O carro-chefe da campanha é a exigência de aplicação do INPC integral, na correção dos salários e manutenção do piso de um só acordo salarial para todos os profissionais da informação; da estabilidade de doze meses e hora extra de 100 por cento, além do cumprimento da legislação que regulamenta a profissão.

De um lado, nesta questão encontram-se cerca de 1.050 jornalistas e de outros 30 proprietários de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão do Estado do Paraná.

Os proprietários decidiram que o piso deveria ser aliminação e que deveriam conceder apenas 80 por cento do INPC, como reza o Decreto-Lei 2.045.

Os jornalistas por sua vez, através do seu sindicato, insistiram na manutenção do piso correspondente a cinco salários mínimos e a produtividade integral, que daria hoje um salário de 288 mil cruzeiros. Atualmente o salário é de apenas 188 mil, e há empresas que pagam até 150 mil cruzeiros por mês.

Como contraproposta, senhor presidente, senhores deputados, os empresários deram sua palavra final: 173 mil cruzeiros para os salários das grandes empresas e 70 por cento deste valor nas pequenas e médias empresas.

Sem, portanto, senhor presidente, senhores deputados, definir com exatidão os critérios da divisão, juntando-se a isso a promessa de reverem o acordo em seis meses.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, com base nas assembleias regionais da categoria, rejeitou a oferta salarial dos proprietários, resultando portanto, em dissídio coletivo junto à Delegacia Regional do Trabalho, cujo julgamento caberá aos juízes do Tribunal Regional do Trabalho.

Não havia em verdade, senhor presidente, senhores deputados, outra saída aceitável para a categoria dos jornalistas, senão a rejeição da proposta dos empresários da comunicação.

O piso salarial, por exemplo, é uma conquista de 20 anos atrás e não poderia, é claro, ser negociada em acordo salarial dessa natureza e nessas condições.

O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas, calculou que o custo da ração essencial para uma pessoa é de dezenove mil, seiscentos e oito cruzeiros e trinta e dois centavos, e que o salário-mínimo para uma família de quatro pessoas é de cento e dezenove mil cruzeiros; e mínimo não quer dizer o máximo, já que a proposta salarial dos proprietários nivela por baixo o salário dos jornalistas profissionais.

E ainda, senhor presidente, senhores deputados, o desem-

prego é outra questão que passa crescentemente a preocupar os jornalistas porque, segundo informações do presidente do Sindicato, senhor Desidério Peron, a "Folha de Londrina" já demitiu nas últimas semanas três jornalistas; a "Folha de Curitiba" demitiu três jornalistas; o "Jornal do Estado" demitiu sete jornalistas; e o jornal "O Estado do Paraná" demitiu dois e ameaça o fechamento de suas sucursais.

Tomamos a iniciativa de, após ouvir a categoria em suas reuniões, em assembleias, consultar a nossa bancada, a bancada do PMDB, nesta Casa, dirigir a sua excelência o senhor governador do Estado, doutor José Richa, o apelo no sentido de concretizar o mais rápido possível, a regulamentação do quadro de jornalistas da administração direta e indireta.

Atenção especial deveremos ter em relação ao projeto de lei do nobre deputado Ervin Bonkoski, que dispõe sobre assessoria de imprensa dos órgãos da administração estadual, com parecer já manifesto em contrário por parte da Federação Nacional dos Jornalistas e da Assembleia da categoria.

Para concretizar ainda a posição da bancada do PMDB, senhor presidente, senhores deputados, foi acatada por sugestão deste deputado na reunião da bancada, o envio ao TRT de um voto de apoio à classe de jornalistas por essa luta que julgamos justas e oportunas, além de como frisei há poucos instantes de uma solicitação para que o senhor governador do Estado agilize a regulamentação do quadro de jornalistas da administração direta e indireta do governo do Estado.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, estamos neste momento trazendo para que fique registrado nos Anais desta Casa, a posição da bancada do PMDB com relação a justa causa dos jornalistas, essa classe que tão brilhantemente desempenha o papel de fundamental importância para o progresso da nossa sociedade; uma classe, senhor presidente, senhores deputados, que ironicamente, apesar de informar de dia, de noite, a qualquer hora, a qualquer momento sobre tudo e sobre todos, não tem espaço para divulgar aquilo que mais lhe interessaria: dizer da sua luta, pois essa diz respeito ao seu pão, ao seu salário.

Portanto, estamos trazendo aqui, neste plenário, a posição da bancada do PMDB relacionada a este assunto.

Muito obrigado, senhor presidente.—  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Com a palavra o senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Neste mês em que o funcionário público comemora o seu dia, trazemos a esta tribuna um problema que envolve muitos servidores e que já há algum tempo os vêm afligindo e chamando a atenção dos paranaenses.

Este governo tem demonstrado - mesmo diante das tantas dificuldades que enfrenta - que o funcionário público também deve sorrir, não porque a função assim o exija, mas porque ele se sinta feliz.

Contactamos há poucos dias com um grupo de funcionários públicos que vieram trazer, em nome dos colegas, a questão da ascensão funcional.

Trata-se de um concurso interno realizado no início de 1982, e que até agora não foi totalmente legitimado pelo governo, tendo em vista que os funcionários concursados não foram ainda enquadrados em sua função.

Esses funcionários exercem posições não compatíveis com seus cargos e recebem salários inferiores aos de sua categoria profissional.

Em 1980, o governo do Estado, através da Lei nº 7.424/80, instituiu o plano de classificação de cargos do Poder

Executivo e regulamentou a mesma lei através do Decreto número 4.158/81. O artigo terceiro desse decreto esclarecia que a ascensão funcional seria processada em três etapas distintas.

E realmente os servidores pertencentes a todas as categorias funcionais do Quadro Geral (primeira etapa), os funcionários ocupantes de quaisquer categorias funcionais do Quadro Geral (segunda etapa) e os ocupantes de cargos de outros Quadros de Pessoal do Poder Executivo e novamente ocupantes de cargos do Quadro Geral (terceira etapa), tiveram sua hora para estudar, aprimorar seus conhecimentos, prestar provas e optar pelo Quadro, e infelizmente somente alguns foram aproveitados.

Não foram enquadrados ainda funcionários da primeira e segunda etapas, cujos concursos foram realizados no Governo Ney Braga e nem da terceira etapa, realizada no Governo Hosken de Novaes.

No mês de julho de 1982 foram inclusive abertas novas vagas para diversos cursos da categoria superior e o pessoal foi chamado para fazer a opção. Mas novamente foi relegado ao esquecimento total. Alguns até deixaram de ser beneficiados por causa da opção e até agora não tiveram sua situação funcional regularizada.

Trata-se de uma questão de justiça conseguir que esses funcionários, após tanta espera, vejam sua situação funcional corrigida. E pode-se afirmar com segurança que sairá muito mais barato para o Estado prover os próprios servidores, adaptando seus salários, que contratar novos, como infelizmente vem fazendo, assumindo assim os encargos sociais impostos pela lei.

Esses funcionários que são advogados, jornalistas, administradores, economistas, trabalhando na função e recebendo como professores primários (PA1); são motoristas exercendo função de motorista e recebendo como auxiliares de artefice são auxiliares de escritório, exercendo a função e percebendo como serventes.

Parece-nos incoerência que o Estado do Paraná, tendo em em quadro profissionais habilitados, cumprindo suas metas, alguns já há dez anos e outros até com tempo para se aposentar, aguardando o seu enquadramento e o justo reconhecimento pelo trabalho de tanto tempo, deixe a ascensão relegada e esquecida, quando temos como tônica principal neste governo, justa e essencialmente o homem e a justiça social.

Em junho de 1983, entrou em vigor a Resolução 02/83, da secretaria de Estado de Recursos Humanos que determina que serão providos os funcionários aprovados no concurso de ascensão funcional, de acordo com a necessidade do serviço público estadual, completando todo enquadramento até o final de 1.984.

É interessante salientar-se aqui, que apesar da existência de tal resolução e da afirmativa que ela acoberta, existe na Coordenação de Alocação dos Recursos Humanos solicitações de algumas Secretarias, de pessoal que possa exercer regularmente a sua função e atender sobremaneira as necessidades desses órgãos administrativos, mas nenhuma delas foi atendida. E veja-se que a resolução já tem três meses de vida.

A proposta que recebemos do pessoal é de que o Estado venha a prover 250 funcionários por mês, atendendo os advindos das três etapas em percentuais a serem estudados. Desta maneira, todos seriam beneficiados, de acordo com a classificação obtida no concurso e o custo seria abemolado pela forma parcelada de enquadrar o pessoal.

Fica aqui consignada a nossa empenhosa luta para conseguir que a tão esperada ascensão funcional chegue até os nossos funcionários públicos, que lutaram por ela e que a mereceram através de sua luta e de seu trabalho.

Verdade seja dita, sr. presidente, srs. deputados, a discriminação injusta que existia contra os funcionários públicos,

no que respeita à periodicidade do reajuste, foi extinta, com a adoção ao décimo-terceiro salário, houve uma importante conquista por parte do funcionalismo público, com a atual concessão de um direito há muito reivindicado e atendido neste Governo. Porém, no particular que é a ascensão funcional, há distorções que urge corrigir.

Quero também levar ao conhecimento desta Casa que no próximo dia 19 de outubro, às 16:30 horas, estaremos com este grupo de funcionários em audiência com o Governador, reivindicando a justiça deste pleito.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta a liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

O SR. RUBENS BUENO — Esta Liderança declina, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é concedido.

O SR. JORGE MAIA — Por quinze minutos, o deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o sr. deputado Nelson Buffara, por quinze minutos.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. presidente, srs. deputados.

É lamentável, é profundamente deplorável que eu tivesse que assomar a esta tribuna para fazer uma defesa pessoal, porque os srs. deputados que aqui estão, que a esta Casa foram enviados pelo povo do Paraná, não vieram aqui certamente para ouvir defesas de deputados, de acusações insólitas assacadas contra a minha pessoa, por um vereador, que, lamentavelmente, milita na política de Paranaguá.

Sr. presidente, srs. deputados, vim a esta tribuna para refutar acusações infundadas formuladas contra a minha pessoa, não poderia ficar indiferente em face das acusações assacadas contra mim pelo vereador Massami Takayama e que tomei conhecimento através da edição do último dia 07, do jornal "O Estado do Paraná".

O referido vereador é meu inimigo gratuito, há mais de nove anos, por razões que ignoro totalmente e isto gera um fato na época que partilhávamos da mesma agremiação política, o extinto MDB.

Recordo-me muito claramente e ele haverá de recordar-se também, quando em 1974, tentava minha segunda reeleição à Assembléia Legislativa pelo MDB e aquele vereador, para minha surpresa, apoiava a candidatura de Ítalo Tanaka, também candidato a deputado naquela oportunidade, pelo nosso partido.

Como ele fazia parte do Diretório Municipal do MDB de Paranaguá, que havia lançado a minha candidatura, achei muito estranha a sua atitude.

Lembro-me perfeitamente o dia em que, acidentalmente, encontrei-o no antigo Mercado do Peixe em Paranaguá, com muita sensibilidade, modéstia parte minha característica, srs. deputados, e até de forma afável, indaguei as razões do seu comportamento, já que nada havia que pudesse fazer jus à sua decisão, argumentei e inclusive sempre procurei honrar meu mandato, trabalhando pelo meu partido e sobretudo pela cidade do litoral como um todo.

Respondeu-me simplesmente que não simpatizava comigo e que tudo faria para me derrotar. As razões só ele as conhece, porque jamais as dei.

Massami Takayama, o vereador, é famoso em Paranaguá, pela sua prepotência, pela sua arrogância. Quando presidente do MDB não teve competência para dirigir o partido e após as eleições de novembro passado, provocou uma divisão na agre-

miação que o levou a sofrer uma fragorosa derrota na composição do Diretório Municipal, na convenção de julho.

Pois bem, vamos aos fatos, é o que interessa, srs. deputados: assinala o vereador irregularidades na licitação que a empresa Mônica — de propriedade de meus filhos — venceu para construção e conservação de defensas no Porto de Paranaguá.

No contrato anterior, que já era da Mônica, consubstanciado no período de 02.09.82 a 02.09.93, havia uma cláusula expressa, tácita, que permitia um aditamento contratual, seria o primeiro se fosse feito. E isso, vejam bem, sr. presidente, srs. deputados, não foi feito por mero pudor, já que eu, pai dos titulares da empresa, sou deputado pelo PDS e, conseqüentemente, não poderia ser beneficiado por este dispositivo, embora absolutamente normal e inclusive contratual.

E eu quero também levar ao conhecimento desta Casa, que aquele vereador insinua que outros contratos existiram no passado, nunca, este foi o primeiro contrato que nós tivemos um contrato que os srs. vão ver pela importância em função de outros que o porto fez, é quase insignificante.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento) Agradeço o aparte de vossa excelência, e acho que vossa excelência está perdendo tempo, em demonstrar à Casa aquilo que sempre vossa excelência foi e é.

Nós que militamos aqui junto com vossa excelência, desde 1966, e que conhecíamos anteriormente e não só vossa excelência como a sua família, a atuação que sempre esteve clara, cristalina, em favor da gente de Paranaguá e de todo o litoral do Paraná. Vimos acompanhando pari passu a sua atuação em favor do litoral paranaense, e não seria um simples contrato de cunho comercial que poderia lançar alguma sombra de dúvidas sobre a honorabilidade pessoal de vossa excelência.

Por isso vossa excelência não deve se preocupar muito. É como vossa excelência afirma à Casa, aquele vereador Massami Takayama afirmara que não simpatizava com vossa excelência, que tudo faria para prejudicar a brilhante carreira política do deputado Nelson Buffara.

Acho que vossa excelência não deve ficar muito preocupado. Deveria ficar preocupado se fosse uma figura de projeção no Paraná e, se ele realmente, apontasse falhas na conduta parlamentar e política de vossa excelência.

Mas, antipatia pessoal, é uma questão de foro íntimo. Vossa excelência não pode agradar todo mundo. Se o açúcar é doce e tem gente que não tolera, imagine o deputado Nelson Buffara.

Alguém tem que antipatizar com vossa excelência, e acho também que não deveria manter este tipo de preocupação.

Acho muito louvável que vossa excelência, em defesa da honra pessoal, não só sua como de seus filhos, de sua família, venha à tribuna numa deferência especial para prestar esclarecimentos aos seus pares.

Mas, de minha parte, isso é perfeitamente dispensável, porque o conheço, e não será maldade ou preferência pessoal de um vereador lá de Paranaguá que irá manchar ou que irá diminuir o seu prestígio perante a comunidade paranaense.

Obrigado pelo aparte que vossa excelência me concedeu.

**O SR. NELSON BUFFARA** — Deputado Erondy Silvério, muito obrigado.

Partindo de vossa excelência, um deputado com larga folha de serviços prestados ao Estado, com sua experiência, com sua capacidade, deputado respeitado, não somente pela nossa bancada como também por esta Casa toda, me sinto desvanecido com o seu aparte que para mim é muito confortador.

Dizia eu, sr. presidente, srs. deputados, que aquele contrato, aquele aditivo seria perfeitamente normal, por ser contra-

tual, expresso numa de suas cláusulas. Não foi feito, por mero pudor do Diretor do Porto de Paranaguá.

Decidiu-se então, por uma nova licitação. O preço do contrato anterior era de 557 mil cruzeiros mensais, Fazendo-se uma correção de acordo com as ORTNs pelo período de 12 meses, a fim de atualizar os preços, obtém-se, e é fácil de calcular, obtém-se o valor de aproximadamente 1 milhão e 300 mil mensais. Como até abril de 84 o contrato não previa correção alguma, meus filhos fizeram uma projeção de média de 7 meses, com o custo médio de 145 mil mensais. A soma portanto, gravem bem, por favor, totalizou 1 milhão e 475 mil por mês. Isto é, a correção de 12 meses, 1 milhão e 330 mil mensais mais a projeção de 7 meses, 145 mil mensais, de outubro até abril de 84. Então a soma totalizaria 1 milhão e 475 mil mensais, para um período de doze meses. E este foi o preço cotado por meus filhos no orçamento entregue à APA.

Não houve, como jamais poderia haver, nenhuma anormalidade, porque se alguém fosse beneficiado não seriam os meus filhos, por motivos óbvios, a Mônica não tinha conhecimento algum, como insinou o vereador do orçamento morto da APA, e isto o secretário dos Transportes poderá comprovar e deve pesquisar, sindicando, promovendo uma série de debates para que se prove toda esta acusação infame daquele vereador contra a minha pessoa.

Toda esta acusação é gerada pelo cérebro maldoso e doentio do vereador, que deseja ganhar espaço político de forma espúria e inconseqüente.

Jamais participei de negócios escusos e o nosso passado é uma forma irrefutável e inquestionável do que afirmamos.

Ainda há poucas semanas, vejam bem os srs. deputados, a atitude desassombrada que tomamos, ainda há poucas semanas, há dois meses aproximadamente, para dirimir dúvidas suscitadas por denúncias de um deputado do governo nesta Casa, encaminhamos ao eminente presidente desta Casa, deputado Trajano Bastos, cópia das últimas 15 declarações do Imposto de Renda e relação de bens à disposição dos srs. deputados, fizemos um ofício protocolado que está à disposição da imprensa, e quem quiser dos últimos 15 anos, declaração do imposto de renda e relação dos nossos bens, para que se verifique e se constate a violência, o declínio violento dos nossos bens, dilapidados na política quando eu comandava, como comandeí em 70 e 78 no litoral, a campanha do MDB, isto ninguém refuta, nem um vereador aqui me acusou.

Dos meus bolsos saíram os cruzeiros que o MDB precisava para fazer as campanhas majoritárias, e está aí o governador José Richa, que não vai me desmentir em 70, quando eu pus a mão no meu bolso no litoral inteiro, na eleição que ele perdeu para Accioly Filho e Mattos Leão, sozinho fiz a campanha de José Richa ao Senado, em 1970.

Retrocedendo um pouco, quando Bento Munhoz da Rocha foi candidato a governador, encontrei-me com ele, não existia a BR-277, encontrei-me com ele em Porto de Cima, fui recepcioná-lo, era vereador e presidente da Câmara de Paranaguá, eu disse: — "governador, a campanha daqui para baixo eu faço", e fiz em 65, quando ele perdeu a eleição para Paulo Pimentel.

E assim sucessivamente, em 74, com Leite Chaves, em 78, abracei as duas candidaturas, de Richa e de Enéas Faria, ele está aí, porque acompanhou meus passos e viu o que eu fiz em Paranaguá pela sua candidatura.

Eu prestava até então, não presto hoje.

Jamais alguém conquistará nove mandatos consecutivos, e olhe que o povo do litoral é um sabido, um povo que sabe o que quer, e como conseguir, um povo altamente civilizado, um povo que não se deixa enganar, uma vez quem sabe por duas, nunca por nove vezes.

Dizia eu então, jamais alguém conquistará nove mandatos

parlamentares consecutivos, isso deve ser terrível para meus adversários políticos, terrível.

Devo ser não uma pedra, mas um anzol no seu sapato, quatro municipais e cinco estaduais pactuando com bandeiras, como afirma o vereador.

Talvez seja puro despeito em face do nosso êxito eleitoral no último pleito, quando o eleitorado novo botou em sua alça de mira os políticos egressos do MDB, que disputaram a eleição pelo PDS. Passamos pelo teste, graças a Deus.

Deus pode ser benevolente comigo, mas não a tal ponto de acobertar as minhas falcaturas, permitindo que eu seja uma exceção entre políticos proeminentes, valorosos, que não conseguiram se reeleger, talvez marcados pelo povo do Paraná que não queria ver os transfugas eleitos deputados, para provar que o desgosto pelos políticos que assim fizeram.

Também é relevante recordar ao vereador Takayama, que o litoral me deu mais de 16 mil votos, são votos pessoais, sr. presidente, srs. deputados, de eleitores que não estão preocupados com o partido ao qual estou filiado, mas sim com o meu trabalho em defesa da comunidade, em favor do litoral paranaense. Enfim fui julgado...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, eminente líder.

Enfim, fui julgado pela sabedoria das urnas por nove vezes; o povo pode ser enganado uma vez, como já disse e repito, é bom enfatizar, talvez até duas, mas o povo jamais será enganado sempre, pois a sua sabedoria é muito maior do que possam imaginar os políticos oportunistas que proliferam em todo espectro político ideológico.

Sr. presidente, srs. deputados. Este foi um desabafo de um político que prova sua honestidade. E aí está, sabem os srs. deputados, que o imposto de renda não perdoa ninguém, mormente os políticos que acrescentem ou omitam nas declarações de imposto de renda e bens, salvo aquilo que eles realmente têm.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa excelência me concede um aparte? — (Assentimento)

Quero, neste breve tempo de que vossa excelência dispõe, dicordar em parte — não quero me intrometer num desentendimento pessoal de vossa excelência com o vereador Massami Takayama — mas apenas discordar quanto ao trabalho do vereador à frente do Diretório do PMDB na cidade de Paranaguá; nunca o diretório foi tão bem dirigido; nunca tantos políticos, deputados, estiveram em reuniões do PMDB, quando da época em que estive na presidência do partido o vereador Massami Takayama e deixou apenas de ganhar essas eleições de agora, do diretório, porque, aborrecido com o estado de coisas que ainda acontecem, estado que acontecem coisas, ocorrem diariamente na cidade de Paranaguá, nobre deputado, ele acabou se afastando da luta pela posse do diretório.

Apenas gostaria, sabendo de sua liderança no litoral, do seu interesse pelo litoral, mas de convidá-lo a ajudar essa CPI da Corrupção, porque no Porto de Paranaguá, em anos passados, vossa excelência sabe muito bem, a corrupção era sinônimo de Luiz Amatuzzi do Pinho, era sinônimo de muitas empreiteiras que lá operavam; e infelizmente, nobre deputado, em 1983, no governo do PMDB, a corrupção, a imoralidade, a malandragem continuam proliferando no Porto de Paranaguá.

Então, aproveito a oportunidade do seu simpático aparte, para dizer que vossa excelência está convidado, desde este momento, para tomar parte na CPI da Corrupção para que possamos ajudar — por que não? — a gente de Paranaguá, para justificar o jantar de quatro milhões de cruzeiros, para justificar a empresa que trabalha com guindaste e vende tinta para o Porto, para justificar — tenho na minha mão — da Sunaman, que é da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a contra-

tação de barco de uma empresa desativada e com a concessão cassada, mas operando e recebendo milhões de cruzeiros do Porto de Paranaguá.

Estendi-me um pouquinho, mas gostaria de contar com vossa excelência nesta CPI, porque o povo do Paraná é o povo de Paranaguá também.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Vossa excelência faz severas acusações, não posso refutá-las, não sei se elas procedem ou não. A quem está acusando, como vossa excelência, cabe prová-las. Se vossa excelência conseguir prová-las, eu estou à vossa disposição, estou à disposição para colaborar nesta CPI de imediato, de pronto, aceito e quero participar, desde que vossa excelência prove, que aí eu virei, desta tribuna, fazer as acusações que vossa excelência faz. Somar-me-ei a vossa excelência, se essas provas me convencerem, tanto na gestão anterior, como nesta.

Agora, o que eu não posso permitir é que eu, em fatos incontestáveis, em poder de Trajano, do meu amigo deputado Trajano Bastos de Oliveira, nosso presidente, para quem quiser pesquisar. Portanto, não posso aceitar a pecha de um deputado desonesto.

Srs. deputados, muito obrigado. Perdoem-me se eu me excedi, mas sou muito emotivo, e creio, Deus sabe que aqueles que pecam aqui pagarão pelo seu pecado. E eu quero pagar, se estou pecando.

Perdoem-me, por favor.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a liderança do Partido Democrático Social, para uso do restante do horário que lhe é destinado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — O restante do horário ficará a cargo do deputado Francisco Escorsin.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o sr. deputado Francisco Escorsin, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"O dia de amanhã é de grande importância para nós e para todos os cidadãos franciscoalvenses, por assinalar mais um aniversário da fundação do Município de Francisco Alves, criado no dia 24 de agosto de 1972, e instalado no dia primeiro de fevereiro de 1977, por autorização do então presidente da República, Emílio Garrastazú Médici, e transferida a data do aniversário para 12 de outubro, devido ser o dia da santa padroeira Nossa Senhora Aparecida.

Representa a criação desse município uma grata vitória parlamentar desta Casa, por ser o primeiro município criado após a Revolução de 1964, que graças a um povo trabalhador, com gloriosa luta, conseguiu criar uma infra-estrutura capaz de sustentação municipal, desde o D.D.I. até o asfaltamento rodoviário.

Sr. presidente, srs. deputados. Vemos hoje, coroados nos- sos esforços para a criação desse próspero município, situado no Norte Novíssimo, com uma área de 314.489 quilômetros quadrados. Hoje, heroicamente administrados pelo prefeito, sr. José Delapria, enfrentando desenfreadas crises e grandes dificuldades.

Neste momento, queremos louvar os esforços do colonizador Hibrain Abbud Neto, que nun momento feliz teve a grande idéia de iniciar o povoado que é hoje o próspero Município de Francisco Alves.

Queremos também externar votos de louvor "in memoriam" daqueles que tombaram em meio à luta pela construção do município. Aqui registramos expressando nossas sentidas

saudades e sentimentos.

Ah, quantas lágrimas, quantos sacrifícios inacreditáveis, quantos suores derramados, quantas frustrações, desilusões vividas pelos heróicos pioneiros que já se foram, tombados prematuramente.

Francisco Alves, terra abençoada que produz em abundância: soja, algodão, milho, café, feijão, trigo e cana forrageira. Graças à fertilidade de suas terras e laboriosidade do povo. Assim, provando que foi fundada sob o signo da prosperidade e debaixo da proteção da padroeira Nossa Senhora Aparecida. Município que teve a felicidade de eleger como primeiro prefeito o homem chamado Valter Vargas Gonzalez, que nunca mediu esforços para conseguir implantar o bem-estar capaz de suprir as necessidades dos habitantes de Francisco Alves, que graças a um trabalho gigantesco, invejável e raro conseguiu dotar o Município de Francisco Alves de uma infraestrutura invejável, que concorreu decisivamente para o progresso e desenvolvimento, atingindo metas desejadas. Esse mérito, deve e precisa ser creditado ao primeiro prefeito de Francisco Alves, Valter Vargas Gonzalez.

Senhor presidente, senhores deputados. Queremos homenagear o povo honrado e trabalhador dessa terra, saudá-lo neste dia que marca o aniversário dessa cidade, menina ainda, com apenas seis anos de idade, mas que já desponta como um grande pólo econômico no futuro do Paraná. Enviamos um voto de louvor aos bravos vereadores da primeira Câmara Municipal instalada na gestão do primeiro prefeito Valter Vargas Gonzalez, que são: Osvaldo Beltramin, Joaquim Tolovi, Carmelito Alves, Lauro Fernandes de Oliveira, Neuso Mantovani, Pedro Raimundi, Ângelo Paulini e João Batista Tomazini, presidente da Câmara, que tão sabiamente iniciaram a vida política desse promissor município.

Queremos ressaltar a administração desenvolvida nestes dias por José Delapria e o nosso incentivo à luta dos vereadores na Câmara Municipal: Osvaldo Beltramin - presidente, Lauro Fernandes de Oliveira, Cândido Pereira da Silva, Osmar Garcia Montanha, Orlando Fávero, Valdemir Mistura, Cecílio Ribeiro Coutinho, José Carlos Bosco e João Gouveia; para que em todos os momentos da luta que travam pelo progresso e bem-estar do município, saibam que nesta Casa continuamos sempre confiantes, torcendo para que a vitória seja certa e para que escrevam com brilho e inteligência a história política de Francisco Alves.

O nome de Francisco Alves, dado à cidade dos sonhos de Hibrain Abbud Neto, derivou do famoso cantor Francisco Alves, por quem o colonizador Hibrain sentia grande amizade e admiração, para a concretização da criação desse município, também contou com o apoio e ajuda do cantor Sílvio Caldas.

Queremos cumprimentar e exaltar aqui a luta heróica dos pioneiros, senhores: João Cortez Capél, Wilson Francisco Nunes, João Caldeira, Marina dos Santos Martins, Joaquim dos Santos Pereira, Manoel Carmona Fajardo, Valter Vargas Gonzalez e os sacerdotes irmãos José e Bomfilho Stefanello. Os nossos cumprimentos aos segmentos representativos da sociedade franciscoalvense, às autoridades civis, religiosas e militares e ao povo em geral.

Vale lembrar que faltaríamos com nosso dever de consciência, se aqui não consignássemos votos de louvor, reconhecimento e gratidão aos governadores Paulo Pimentel, Haroldo León Peres, Parigot de Souza, Emílio Gomes, Jayme Canet Júnior e Ney Braga, que sempre olharam e colaboraram para a realização de obras indispensáveis ao Município de Francisco Alves.

Mais uma vez, queremos frisar, parabenizando o povo trabalhador, honrado, pacífico e unido de Francisco Alves. União que não pode ser esquecida, quando se fala em Francisco Alves, que deve ser ressaltada como um fator marcante, do perfil franciscoalvense pois em todos os momentos em que eclode um

problema comunitário, sente-se a força da união na busca de soluções satisfatórias, povo que deve servir de exemplo para todos os municípios do Paraná como um lema de vida comunitária, para o bem comum, o dever de esquecer ódios, rancores e paixões políticas.

Povo que faz dessa cidade menina, uma promessa de futuro, que trabalha e contribui para que nosso Estado do Paraná seja sempre considerado como uma laboriosa e produtiva unidade da Federação.

Ao encerrar, queremos uma vez mais expressar perenes votos de felicidades, rogando a Deus e à padroeira Nossa Senhora Aparecida a eterna proteção ao estimado e laborioso povo de Francisco Alves".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 44/83, que acresce ao art. 23 do Regimento Interno um inciso com seus respectivos parágrafos. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E.

Art. 1.º — O artigo 23 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso e parágrafos:

"Art. 23 — . . . . .

I — . . . . .

II — . . . . .

III — . . . . .

IV — cabe à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.

§ 1.º — A inscrição será feita atendendo a regulamentação baixada pela Mesa;

§ 2.º — o número de estagiários e a duração do estágio reger-se-ão por regulamento baixado pela Mesa;

§ 3.º — Os estagiários estarão sujeitos ao regimento disciplinar dos funcionários da Secretaria da Assembléia e obedecerão as normas fixadas pela Mesa quanto aos locais e horários de trabalho;

§ 4.º — As despesas decorrentes do disposto neste inciso constarão do Orçamento;

§ 5.º — Ao término do estágio, cada estagiário apresentará um relatório escrito e receberá um certificado nos termos do regulamento baixado pela Mesa".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/83, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao "Dr. JOSÉ ALENCAR FURTADO — **Aprovado.**

# REDAÇÃO FINAL

## DO PROJETO DE LEI N.º 30/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Doutor JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1.983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94/83, que subcreve aumento de capital da Mineropar, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado à Av. Konrad Adenauer, no Bairro do Tarumã, nesta Capital, com características que especifica. - **Aprovado.**

# REDAÇÃO FINAL

## DO PROJETO DE LEI N.º 94/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a subcrever um aumento de capital da Mineropar S/A — Mineropar, mediante a integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Avenida Konrad Adenauer, Tarumã, nesta Capital, com as seguintes características: terreno de forma retangular, sem benfeitorias, constituído pelo lote "O-3", sub-divisão do lote "O", parte do bloco B, da Planta Santo Antônio do Tarumã, com 40,00 m (quarenta metros) de frente para a Avenida Konrad Adenauer, por 100,00 m (cem metros) de fundos, com área de 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), adquirido conforme transcrição n.º 12.326, L-3H, de 07 de junho de 1957, no Cartório de Registro de Imóveis, 2.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da presente lei destina-se à construção, pela Mineropar, de um depósito e demais dependências.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/83 (Mensagem 90/83, ex-Proposição 85/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1.983. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/83 (Mensagem 80/83, ex-Proposição 87/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Renovação de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de FOZ DO IGUAÇU, com interveniência da Sudesul, objetivando implantação do Sistema de Galerias de Águas Pluviais. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/83, (Mensagem 81/83, ex-Proposição 88/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando execução do Prosafras, no exercício de 1.983. - **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/83, de autoria do

deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a "D. Pedro Antônio Marchetti Fedalto". Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/83, de autoria do deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE — PROVOPAR — AÇÃO SOCIAL, com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado. (Publicado no D.A. 105/83).**

## PROJETO DE LEI N.º 141/83

PARECER.

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre deputado Trajano Bastos, objetiva declarar de utilidade pública o Provopar - Ação Social - Programa do Voluntariado Paranaense.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, que vem exercendo suas atividades de maneira filantrópica e inspirada na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, em diversas oportunidades demonstrou a sua valia ao encampar e executar atividades revestidas do mais alto conteúdo social, tornou-se inequivocamente merecedora do benefício que hoje se lhe pretende atribuir pela sua atuação marcante no atendimento das vítimas das enchentes que assolaram recentemente nosso Estado.

Nestas condições, nada já que se possa objetar à declaração pretendida, mesmo porque a matéria se enquadra dentro das normas legais pertinentes.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Joaquim Pereira da Silva, ocorrido no dia 06 de outubro do corrente ano. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao sr. Secretário da Segurança Pública, pela criação e instalação de um Posto de Identificação no Município de Douradina. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicitaria que procedesse à leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) O sr. primeiro secretário procede a leitura do requerimento.  
(É lido o requerimento)

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Em votação. — **Aprovado**  
Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Governador do Estado, anexando ofício no qual os vereadores da Câmara Municipal de Mal. Cândido Rondon solicitam o atendimento por parte do Governo Estadual, de reivindicações do povo rondonense. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Solicito a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — O sr. primeiro secretário procederá a leitura do requerimento.  
(É lido o requerimento).

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Adia-se a

discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da sra. deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando o apoio das reivindicações formuladas pelo Município de Campo Mourão. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, solicito que o senhor mande proceder à leitura integral do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa defere e solicita do sr. primeiro secretário que proceda à leitura. (É lido na íntegra o requerimento).

Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando a construção da ligação asfáltica entre a estrada de Sumaré, Distrito de Paranavaí, à saída para Maringá, nas proximidades do Posto Charm. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações pela realização da X Festa Nacional do Porco no Roleta, no Município de Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente com votos de congratulações ao Prêmio Nobel da Paz, Lech Walesa, líder trabalhista polonês do Sindicato Solidariedade, da Polônia. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando a designação de um delegado para o Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário de Segurança Pública, encarecendo o envio de peças de reposição para a viatura pertencente à Delegacia de Polícia do Município de Jaciópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Ambulatório Psiquiátrico no Distrito Sanitário de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, encarecendo providências na demolição de oito salas pré-fabricadas, no Colégio Dom Bosco, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, objetivando a conservação da estrada que liga Araruna a São Lourenço, passando pelo Distrito de Lirial de São Luiz, pertencente ao Município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Márcio Almeida constante do expediente, solicitando votos de congratulações à UPES — União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau, pela realização do seu XXXIV Congresso no Município de Paranaguá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Sabino Campos e Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de moção à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, pelo Dia do Engenheiro Agrônomo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. Governador do Estado e secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja construído um prédio de alvenaria para instalar o Quinto Distrito Sanitário e o Centro de Saúde do Município de Guarapuava. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando o capeamento asfáltico no trecho do prosseguimento da Rodovia do Papel, sub-trecho específico da ponte sobre o Rio Tibagi até a Fábrica das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao sr. secretário dos Transportes, através do sr. Governador do Estado, encarecendo maquinário destinado à recuperação das estradas, pontes e bueiros atingidos pelas recentes chuvas, no Município de Boa Vista da Aparecida. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas medidas na recuperação das estradas do Município de Bituruna. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Governador do Estado, no sentido de que seja processada a regulamentação do quadro de jornalistas na administração direta e indireta do Governo do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, com apoio do sr. deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando voto de louvor à secretaria de Agricultura, Acarpa-Emater e Associações de Criadores do Estado, pelo brilho e organização da Exposição Pecuária ora em realização no Parque Castelo Branco, nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de voto de apoio às reivindicações da categoria profissional dos jornalistas na decisão dos srs. Juízes do Tribunal Regional do Trabalho. —

**Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial publicado no "Jornal da Resistência", publicado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais, que traduz a luta da classe dos jornalistas profissionais do Paraná. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo "Jornal do Estado", intitulado "Governador coage imprensa". Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados.

É evidente que vamos votar favoravelmente à pretensão do deputado Maia. Mas isso não quer dizer que concordemos com o que o jornal, no seu entendimento, declara ter o governador coagido órgãos de imprensa. É uma voz isolada a deste jornal e eu não posso entender de que se pode taxar ao Governador do Estado a coação a determinado órgão de imprensa no Paraná.

Na verdade, a nossa comunicação social está ainda com alguma deficiência, mas há uma determinação expressa de que, por parte deste Governo, não há a compra de vontades e não há o cerceamento da liberdade de imprensa.

Todos os órgãos da imprensa divulgam o que bem entenderem e como pretenderem divulgar. E o próprio jornal, "O Estado", é uma testemunha e uma prova do que nós afirmamos, por colocar nas páginas deste jornal matérias contrárias ao governo e que estão sendo publicadas.

E não há por parte do Governo do Estado qualquer coação no sentido de que este jornal tenha restringida a sua liberdade de informar e de divulgar.

Portanto, votamos favoravelmente ao requerimento, mas discordamos totalmente do que a matéria procura retratar, principalmente por não corresponder a verdade dos fatos.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, o nobre líder do PMDB, nosso ilustre deputado Nilso Sguarezi, homem sabedor, homem de um tirocínio político magnífico e majestoso. Se ele acha que não corresponde os fatos, então seria bom ele votar contra, porque ele dá uma no cravo e outra na feradura.

Então eu acho que votamos favorável porque achamos que o deputado Jorge Maia Filho fez o requerimento certo e a imprensa não pode subjugar uma força coercitiva.

Então dentro disso, se o deputado Nilso Sguarezi discorda talvez do requerimento, e talvez da opinião deste jornal que está nascendo agora no Paraná, então deveria votar contra. Porque ele diz que não concorda, mas vota favorável.

Então isso é um pensamento dúbio, com as devida permissão do deputado líder da Bancada do PMDB. Nós votamos favorável, e concordamos. Agora, quem não concorda, vota contra. Porque não é possível dizer que estou com Deus e depois voto no diabo.

Muito obrigado, sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para esclarecer o prezado colega que não é incoerência nenhuma: uma coisa é atividade do jornal, é a liberdade de imprensa que nós defendemos, mesmo que critique e que digam inverdades como estas; outra coisa é a atividade do deputado, esta nós preservamos acima de tudo, duas coisas distintas, ou para usar uma expressão do nobre deputado: "não confunda alhos com bugalhos". Alhos é liberdade de imprensa; bugalhos, no caso,

seria a atividade do parlamentar. E seria muita ingenuidade nossa não aprovar esse requerimento, porque na prática, bastava o deputado ler o artigo e estava transcrito. A praxe na Casa é que nunca se negue matéria a quem pretende transcrevê-la porque, na prática, o requerente consegue no simples fato de lê-la na tribuna.

Então, sr. presidente, votamos favoravelmente para preservar esta prática na Casa, interna da Casa, mas discordamos de que a liberdade de imprensa, no caso, foi mal utilizada pelo jornal.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr. presidente, eu não misturo alhos com bugalhos, e não misturo "caçada de tatu com serenata", como dizia o meu grande companheiro e amigo Alencar Furtado.

E o nobre deputado do PMDB está misturando caçada de tatu com serenata, se ele não concorda, que não concorde, porque votamos favoravelmente e, quando somos contra o artigo, somos contra e votamos contra, porque estamos na nossa ideologia que é a democracia participativa, muitas vezes aplicada no palanque e muitas vezes não cumprida aqui neste recinto. Eu quero pedir os meus respeitos e a devida vênica ao deputado, nobre líder do PMDB, e dizer a vossa excelência, à Casa e ao Paraná, que o deputado Nilso Sguarezi perdeu a oportunidade de ficar quieto porque falar é prata, calar é ouro.

Então vossa excelência saiba e saiba nossos companheiros que encaminhando esta votação...

O SR. PAULO FURIATTI — Então cale-se, deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, assegure-me a palavra, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A palavra está assegurada, está com vossa excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

Eu digo: "não misture caçada de tatu com serenata" e quem não arruma sua casa nunca arrumará a casa dos outros.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como estão. -Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de protesto ao sr. ministro da Justiça, pelo procedimento da Delegacia de Polícia Federal, ao impedir a entrada de representantes das bancadas estadual e federal do PMDB que acorrem àquela delegacia para acompanhar correligionários convocados a prestar depoimento. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar) Sr. presidente, eu queria que vossa excelência, na forma regimental, adie para quinta-feira, talvez...

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Já está com a discussão adiada.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência falou que era para discutir, não para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa então que está com a discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então eu queria que vossa excelência mandasse proceder à leitura, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Solicito ao sr. primeiro secretário que proceda a leitura e vossa excelência está com a palavra, para discutir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Após o secretário, por gentileza. O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO — (Nelson Vasconcellos)

Procede à leitura do requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, requerendo envio ao sr. ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, o sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente.

Acho que um requerimento destes, deste gênero, quando fere princípios democráticos, deve ter a nossa solidariedade. Estamos solidários com o autor do requerimento porque quando se fere os princípios democráticos, fere-se todas as bancadas e todas as forças políticas de todos os participantes da verdadeira democracia participativa.

Queria apenas ficar solidário a este requerimento.

Minhas congratulações ao seu autor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. deputados.

O gesto da Polícia Federal ao impedir o acesso às suas dependências, de parlamentares, reflete muito bem o silvo terrível que ainda existe no solo pátrio, do despotismo que impera ainda na legislação e, principalmente, no cérebro dos homens que empalmaram o Poder em 64 e esmagaram o Poder Legislativo através de uma legislação espúria.

O gesto da Polícia Federal foi uma afronta ao Poder Legislativo do Paraná e do Brasil. E não poderia ficar sem este processo e nem sem o repúdio da bancada do PMDB, porque não convivemos estes novos tempos conquistados pelo povo, mas porque é um gesto de ditadura, um gesto de prepotência, um gesto de desmando e que nos afronta. Afronta a consciência brasileira e afronta, principalmente, os parlamentares democráticos que resistiram nos tempos mais difíceis desta Revolução, ou deste golpe malfadado que afundou o Brasil nestas dificuldades totais.

Apoiamos por completo o requerimento do deputado Roberto Requião e repudiamos frontal e altivamente este gesto prepotente e policaiesco da Polícia Federal do Paraná.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. —

**Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 105/82, 48, 67, 100, 105, 106 e 115/83.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/82.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/83.

1.ª DISCUSSÃO — das Proposições n.ºs 62, 69, 84 e 94/83 e do Projeto de Lei n.º 159/83.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO OSVALDO ALENCAR FURTADO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 1983**

#### JORNAL DA RESISTÊNCIA

Curitiba, setembro de 1.983.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

#### EDIÇÃO EXTRA

*Nós, os jornalistas, que temos por ofício ouvir e contar a história dos outros, pedimos um minuto de*

*atenção para falar de nossos problemas. Não temos espaço nos jornais, revistas, emissoras de rádio ou de tv para contar nossa história porque queremos justamente denunciar patrões, que são os donos dos jornais, revistas, das emissoras de rádio e tv.*

*Trabalhadores que somos, estamos em campanha salarial, defendendo nosso direito (e de todos) a um salário justo. Pesam sobre nós também os decretos, pacotes e pacotões que o governo e o FMI insistem em despejar sobre os trabalhadores. Como se isso não fosse o bastante, nossos patrões decidiram retirar o direito que temos há mais de vinte anos, de um piso salarial para toda a categoria.*

*A retirada do piso significa um rebaixamento salarial além do provocado pelo expurgo e pelo decreto 2045. Significa uma grande redução nos salários e, mais que isto, pretende deixar os profissionais da imprensa, neste momento de crise, de recessão e de desemprego, nas mãos do patrão que vai oferecer o salário que bem entender.*

*Nós, jornalistas, temos uma grande responsabilidade social. Através de nosso trabalho, a violência, a corrupção, os desmandos dos governantes são denunciados e fiscalizados. Através de nosso trabalho as dores, as tristezas e a miséria do povo podem ser conhecidas. A alegria do esporte, a decepção da torcida, a vitória, a derrota, o gol e o juiz. Tudo isto chega a você através de nosso trabalho. O direito à informação é de todos. A obrigação de bem informar é nossa. Aos patrões cabe pagar pelo nosso trabalho com um salário digno.*

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JORGE MAIA FILHO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 1983.**

#### GOVERNADOR COAGE IMPRENSA

*Não aceitando os nossos editoriais de ontem, que criticavam a "fala" governamental, o sr. José Richa determinou aos órgãos e empresa do Governo do Estado que suspendam a remessa de matéria publicitária ao JE.*

*Pretende o governador, pela coação, ganhar elogios.*

*Sabia ele, porém, desde a inauguração do JE, que não abdicaríamos ao nosso lema de "dizer a verdade, doa a quem doer" e que o programa estava sintetizado na frase que ele mesmo leu, inscrita na parede da própria redação: "É nosso dever dizer a verdade aos governantes, mesmo que eles a repilam".*

*O sr. José Richa esteve presente à inauguração e acionou, pela primeira vez, as máquinas impressoras, fazendo circular o nosso primeiro número.*

*Dali para cá, propiciamos ao governador e ao PMDB o espaço jornalístico de que careciam, divulgando a ação do governo e a atuação dos parlamentares — deputados federais, estaduais e vereadores — do Partido que, de oposição, pretendia, com a vitória eleitoral, transformar-se em governo.*

*Os secretários de Estado, os presidentes de fundação, os diretores de órgãos autônomos e os membros do PMDB, quer parlamentares, quer simples partidários, encontraram sempre abertas as nossas portas e os seus interesses políticos ou administrativos tiveram guarida nestas nossas colunas*

*Enquanto proporcionávamos esse apoio jornalístico, com despreendimento, com isenção e com coragem, assistíamos, nestes quase quatro meses de circulação, a exclusão do JORNAL DO ESTADO na distribuição de matéria publicitária originária dos órgãos do governo.*

*É que o governador manifestava o seu desagrado por uma ou outra notícia, crítica ou simples comentário às áreas do Poder Executivo.*

*Autocrático por formação, o sr. José Richa não respeita a liberdade de imprensa e julga que os jornais, para serem tratados como veículos de divulgação pelo governo, devem apenas publicar elogios à sua pessoa*

*e à sua atuação política.*

*Não transigiremos porém, no ideal que nos levou a lançar O JORNAL DO ESTADO, de lutar por uma imprensa honesta, digna, responsável, mas, acima de tudo, intrépida e verdadeira.*

*O Estado não pertence ao sr. José Richa, vitorioso político que, de Campo Grande, no Estado do Rio, chegou trazido pelo clamor das oposições, ao governo do Estado do Paraná.*

*As restrições do governador não nos atemorizam: INFELIZ É O JORNAL QUE, PARA TER ÊXITO COMO EMPRESA, NECESSITA TRAIR O PRÓPRIO JORNALISMO.*